



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

**Brasília/DF
MARÇO/2016**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Conta está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015 e Portaria TCU nº 321/2015.

**Brasília/DF
MARÇO/2016**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
CC	Casa Civil da Presidencia da República
CGPAC	Comitê Gestor do Programa de Acelerao do Crescimento
CGU	Controladoria-Geral da União
DI	Departamento de Informaoes
DILE	Departamento de Infraestrutura de Logística e de Energia
DIS	Departamento de Infraestrutura Social
DN	Decisão Normativa
GABIN	Gabinete
GEPAC	Grupo Executivo do Programa de Acelerao do Crescimento
ICM-Bio	Instituto Chico Mendes de Conservao da Biodiversidade
IN	Instruo Normativa
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Acelerao do Crescimento
PIL	Programa de Investimentos em Logística
Port.	Portaria
RG	Relatório de Gestão
SAE	Secretaria de Acompanhamento Econmico
SAM	Subchefia de Acompanhamento e Avaliao
SEPAC	Secretaria do Programa de Acelerao do Crescimento
SIGPLAN	Sistema de Informaoes Gerenciais e de Planejamento
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informao (Ministério do Planejamento)
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRI	Secretaria de Relaoes Institucionais
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UJ	Unidade Jurisdicionada
UPA	Unidades de Pronto Atendimento

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 – Elementos Identificadores da UPC.....	8
Quadro 2 - Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	9
Quadro 3 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (Dec. 8.391).....	11
Quadro 4 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (Dec. 8.587).....	12
Quadro 5 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS.....	18
Quadro 6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	19
Quadro 7 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	20
Quadro 8 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	20
Quadro 9 – Despesas por modalidade de contratação.....	21
Quadro 10 – Despesas por grupo e elemento de despesa.....	21
Quadro 11 - Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....	23
Quadro 12 – Força de Trabalho da UPC.....	32
Quadro 13 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	32
Quadro 14 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	33
Quadro 15 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	34

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 – Declaração Plena do Contador.....	37
Anexo 2 – Quadro – Despesas do pessoal.....	38

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	8
<i>Finalidade e Competências.....</i>	<i>8</i>
<i>Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....</i>	<i>9</i>
<i>Ambiente de Atuação.....</i>	<i>10</i>
<i>Organograma.....</i>	<i>10</i>
<i>Macroprocessos finalísticos.....</i>	<i>14</i>
PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL.....	16
<i>Planejamento Organizacional.....</i>	<i>16</i>
Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício.....	16
Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico.....	16
Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucional e outros Planos.....	17
<i>Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos.....</i>	<i>17</i>
<i>Desempenho Orçamentário.....</i>	<i>17</i>
Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados.....	18
Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade.....	18
Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário.....	19
Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	19
Informações sobre a Execução das Despesas.....	20
<i>Desempenho Operacional.....</i>	<i>22</i>
<i>Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho.....</i>	<i>23</i>
GOVERNANÇA.....	24
<i>Descrição das Estruturas de Governança.....</i>	<i>24</i>
<i>Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....</i>	<i>26</i>
<i>Gestão de Riscos e Controles Internos.....</i>	<i>26</i>
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	28
<i>Canais de Acesso do Cidadão.....</i>	<i>28</i>
<i>Carta de Serviços ao Cidadão.....</i>	<i>28</i>
<i>Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....</i>	<i>28</i>
<i>Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade.....</i>	<i>28</i>
<i>Medidas para Garantir a Acessibilidade.....</i>	<i>29</i>
DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	31
<i>Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.....</i>	<i>31</i>
<i>Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade.....</i>	<i>31</i>
<i>Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....</i>	<i>31</i>

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	32
<i>Gestão de Pessoas</i>	<i>32</i>
Estrutura de Pessoal da Unidade.....	32
Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	33
Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal.....	33
Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários.....	33
<i>Gestão do Patrimônio e Infraestrutura</i>	<i>34</i>
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	34
<i>Gestão da Tecnologia da Informação</i>	<i>34</i>
Principais Sistemas de Informações	34
Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	35
<i>Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....</i>	<i>35</i>
Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	35
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	36
<i>Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU</i>	<i>36</i>
<i>Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno.....</i>	<i>36</i>
<i>Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário</i>	<i>36</i>
<i>Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....</i>	<i>36</i>
<i>Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento</i>	<i>36</i>
<i>Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda.....</i>	<i>36</i>
ANEXOS E APÊNDICES	37

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão está estruturado nos moldes de relatório individual, de acordo com o preconizado no Anexo II da DN TCU nº 146/2015 e elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 e da Portaria TCU nº 321/2015.

Nos casos de inexistência da informação requerida ou de inaplicabilidade da exigência do conteúdo ao contexto da unidade, nos termos do artigo 3º, § 2º, da Portaria supra, restaram devidamente registradas na forma das orientações constantes no Sistema e-Contas.

A Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC, detém a competência de subsidiar a definição das metas relativas aos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento; monitorar e avaliar os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento; produzir informações gerenciais relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento; exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento – GEPAC; e acompanhar e monitorar os resultados do Programa de Investimentos em Logística conforme disposto no art. 45 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, que entrou em vigor em 17 de dezembro de 2015 e revogou o Decreto n. 8.189, de 21 de janeiro de 2014.

Cabe ressaltar que a SEPAC não executa as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e projetos do Programa de Investimentos em Logística – PIL diretamente. Suas competências abrangem o acompanhamento, monitoramento e articulação com os órgãos envolvidos em sua execução de modo a garantir suas principais metas e resultados.

Em relação ao PAC, uma das formas de expressar tais resultados é a realização de balanços públicos semestrais. O último relatório, 2º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (2015-2018), publicado em 29 de fevereiro de 2016, está disponível no site <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>.

As principais realizações no exercício de 2015, expostas do último relatório do Balanço do PAC, dizem respeito aos investimentos executados, os quais chegam à ordem de R\$ 251,7 bilhões, o que representa 24,2% do total previsto para o período 2015-2018 (R\$1,04 trilhão). Essa tendência positiva também foi verificada no volume de ações concluídas em 2015, que totalizou R\$ 159,7 bilhões, ou 23,8% do previsto até 2018 (R\$ 672 bilhões).

Do total executado, R\$ 99,9 bilhões correspondem aos valores de Financiamento ao Setor Público, Habitacional de imóveis novos – SBPE e do Programa Minha Casa, Minha Vida. O executado pelas empresas estatais representa R\$ 55,8 bilhões, R\$ 45,4 bilhões pelo setor privado, R\$ 47,3 bilhões do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 3,3 bilhões de contrapartidas de estados e municípios.

Com relação à execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em 2015 foram empenhados R\$ 41,6 bilhões e pagos R\$ 47,3 bilhões, sendo R\$ 24,2 bilhões referentes à Dotação de 2015 e R\$ 23,1 bilhões de Restos a Pagar.

Entre as obras concluídas em 2015, no que se refere às rodovias, destacam-se os 84,5 km da BR-418 que dá acesso à Caravelas, no litoral sul da Bahia, e a pavimentação asfáltica de 51 km da BR-235, no polo Juazeiro/Petrolina. Na área de ferrovias, foi entregue um trecho de 163 km da Transnordestina, entre Salgueiro e Trindade, em Pernambuco. O modal hidroviário também avançou com a conclusão de mais dois terminais hidroviários no Amazonas. Em portos, foram concluídos dez empreendimentos, fortalecendo a competitividade da economia brasileira e redução de custos da integração econômica entre as regiões do país e o exterior. No setor aeroportuário, sete empreendimentos foram concluídos, entre eles a recuperação do pátio do Santos Dumont (RJ) e a reforma e ampliação dos terminais de passageiros de Santarém (PA) e Tabatinga (AM).

No que se refere aos investimentos no eixo de infraestrutura energética, foram acrescentados mais 5.217 MW ao sistema de geração de energia elétrica do parque brasileiro. Exemplos são a UHE Tele Pires (1.820 MW) com duas unidades geradoras em operação (728 MW), a UHE Santo Antônio (3.568 MW) com 37 unidades geradoras em operação (2.711 MW) e a UHE Jirau (3.750 MW) com

41 unidades geradoras em operação (3.075 MW). Também foram instalados 1.578 quilômetros de linhas de transmissão e oito subestações.

A utilização de fontes limpas e renováveis de energia teve destaque especial em 2015, quando entraram em operação 108 novos empreendimentos de energia eólica, aumentando a capacidade instalada em mais 2.717 MW na matriz energética brasileira. Isso equivale a 58% do volume aumentado nos últimos oito anos. Além disso, seguem em construção mais 2.828 MW de usinas eólicas, como é o caso do Complexo Eólico Chapada do Piauí, com 436 MW de capacidade já instalada. Em 2015, no setor petroquímico, foram perfurados 54 novos poços exploratórios de petróleo garantindo o aumento da produção. A refinaria Abreu e Lima (PE) operou utilizando 92,1% de sua capacidade instalada autorizada, a qual foi aumentada para 100 mil barris de petróleo/ dia. Na indústria naval foram entregues 4 navios de grande porte (três do tipo Suezmax e um Gaseiro).

Na área de infraestrutura social e urbana, as obras foram ampliadas para dar soluções a problemas que deterioram a qualidade de vida nos grandes centros e diminuem a capacidade do país de chegar ao pleno desenvolvimento. O programa Minha casa, Minha Vida, por exemplo, entregou 487.009 unidades habitacionais, em 2015. Além de proporcionar a realização do sonho de milhares de brasileiros de possuir sua casa própria, esse programa impulsiona as economias locais e cumpre funções sociais, como distribuição de renda e inclusão social. As ações de financiamento habitacional para novos imóveis também contemplaram 218.956 contratos. Foram concluídos 163 empreendimentos de urbanização de assentamentos precários, em 143 municípios, beneficiando 70 mil famílias.

O Programa Luz para Todos, realizou 57.676 ligações em 2015, das quais 18.793 em áreas prioritárias do Brasil sem Miséria. Até o momento, já foram atingidos 28% da meta para o período 2015-2018.

Seguem em implantação os empreendimentos hídricos que beneficiam a população nas regiões mais áridas do país. Em 2015, foram entregues treze obras, como o Trecho III do Canal do Sertão Alagoano e as adutoras Araras-Crateús, Maranguape, Flor do Campo-Quiterianópolis, Aroeiras e o Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campina Grande-Pocinhos.

Já em saneamento, que inclui as obras de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos, foram entregues 632 empreendimentos, em 583 municípios, beneficiando mais de 1,6 milhão de famílias.

O trabalho de drenagem e prevenção de deslizamentos de encostas, vulneráveis em períodos chuvosos, contaram com a conclusão de 36 obras, beneficiando 189 mil famílias, especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Também são realizados investimentos na implantação de equipamentos tais como Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Quadras Esportivas, Creches e Pré-escolas, Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) e Centros de Iniciação ao Esporte (CIE). Os Equipamentos Sociais contemplam 4.804 municípios de todo o país. São mais de 25 mil empreendimentos dos quais 4.589 foram concluídos em 2015. Dessa forma, o Governo Federal contribui para a implantação de infraestrutura necessária para garantir acesso aos serviços de saúde, educação, qualificação profissional, atividades esportivas, cultura e entretenimentos.

Em junho de 2015, foi lançado o Programa de Investimento em Logística – 2ª Etapa, disponível no site http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/ministro/2015/junho/150608_PIL-2015.pdf, que prevê investimentos de R\$ 198,4 bilhões. Desde então a SEPAC incorporou o acompanhamento e monitoramento dos projetos do PIL.

Em relação ao PIL, no tocante a Rodovias, destacamos a realização de: 1 contrato assinado (Ponte Rio-Niterói); 4 estudos recebidos; 301 estudos autorizados para as 11 PMIs; 4 Licenças de Instalação emitidas; 1 Licença Prévia emitida. Em relação a ferrovias, no exercício de 2015, foram recebidos três estudos.

Na área de Portos, em 2015, foram prorrogados os contratos de 3 arrendamentos; autorizados 11 Terminais de Uso Privado – TUPs; leiloadas 3 áreas de arrendamento em Santos; recebidos estudos para 5 PMIs do Bloco 2, cujas análises estão em andamento. Em Aeroportos, foram selecionados 4 estudos, que foram encaminhados ao TCU e foram autorizadas as concessões de 9 aeroportos regionais, dos quais 2 aeroportos foram leiloados.

Mais resultados alcançados no PIL no exercício de 2015 podem ser verificados por meio do site <http://www.logisticabrasil.gov.br/resultados-ja-alcancados>.

No que concerne às dificuldades encontradas pela Unidade Prestadora de Contas (UPC) para a realização dos objetivos no exercício de referência do relatório, pode-se apontar especialmente o cenário econômico desfavorável no país e no mundo, além dos consequentes ajustes promovidos no Orçamento da União para adequação ao novo contexto fiscal.

Apesar dessas dificuldades, ocorreu evolução nas principais obras apresentadas pelo 2º Balanço do PAC (2015-2018), o que demonstra que o programa obteve avanços significativos em 2015, e permanece gerando resultados positivos e mantendo seu papel fundamental à economia brasileira, à geração de empregos, à criação de oportunidades e à atratividade do País para o mercado mundial.

VISÃO GERAL DA UNIDADE

Quadro 1 – Elementos Identificadores da UPC

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 2981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento			
Denominação Abreviada: SEPAC			
Código SIORG: 115408	Código LOA: N/A		Código SIAFI: 201015
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.489.828/0003-17	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-5391	(061) 2020-5393	(061) 2020-5310
Endereço Eletrônico: sepac@planejamento.gov.br			
Página na Internet: http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61 e http://www.pac.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º Andar - CEP: 70.040-906 - Brasília – DF			

Finalidade e Competências

Até 17 de dezembro de 2015, as competências da SEPAC restavam definidas no art. 46 do Decreto nº 8.189, de 21/01/2014:

Art. 46. À Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento compete:

I - subsidiar a definição das metas relativas aos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento;

II - monitorar e avaliar os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento;

III - produzir informações gerenciais relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento;

IV - exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento – GEPAC; e

V - acompanhar e monitorar os resultados do Programa de Investimentos em Logística. (incluído pelo Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015)

Em 17 de dezembro de 2015, entrou em vigor o **Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015**, que revogou o Decreto nº 8.189, de 21/01/2014 e incluiu o inciso V em suas competências, passando, assim, a SEPAC a acompanhar e monitorar também os resultados do Programa de Investimentos em Logística.

No exercício da Secretaria Executiva do GEPAC, em conformidade com o art. 4º do Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007, com a redação do Decreto n. 7.470, de 4 de maio de 2011, a SEPAC atua, em conjunto com os demais órgãos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Fazenda, que também integram o referido Grupo Executivo, com a finalidade de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC.

Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

Quadro 2 - Normas e Regulamento de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE PRESTADORA DE CONTA
Normas de criação da Unidade Prestadora de Conta
Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 , que “Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.” (Cria o PAC)
Decreto 7.470 de 04 de maio de 2011 , que “Altera os Anexos I e II do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e o Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, que institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.” (Cria a SEPAC)
Outras normas relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas
Decreto 11.578, de 26 de novembro de 2007 , que “Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008.”
Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011 , que “Dispõe sobre as condições de exploração pela iniciativa privada da infraestrutura aeroportuária, por meio de concessão”.
Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 , que “Regulamenta o disposto na Lei no 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias”.
Portaria nº 220, de 25 de junho de 2014 , Aprova o Regimento Interno da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – Publicado no DOU nº 120, de 26 de junho de 2014, Seção 1, página 95.
Decreto nº 8.391, de 16 de janeiro de 2015 , que “Altera o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, altera o Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas.”
Decreto nº 8.428, de 02 de abril de 2015 , que “Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública”.
Decreto nº 8.508, de 25 de agosto de 2015 , que “Altera o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, altera o Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos

Cargos em Comissão da Secretaria-Geral da Presidência da República, e remaneja cargos em comissão“.

Decreto nº 8.509, de 25 de agosto de 2015, “Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória”.

Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, que “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dispõe sobre a criação da Comissão de Transição e Inventariança da Extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República”.

Decreto nº 8.617, de 29 de dezembro de 2015, “Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória”.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas

- 1º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento 2015 (Janeiro – Junho 2015)
- 2º Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento 2015 (2015 – 2018)

Obs. Ambos estão disponíveis em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>

Ambiente de Atuação

Atualmente, o PAC é responsável pelo monitoramento de cerca de 37 mil empreendimentos de curto e médio prazos.

O PAC foi criado em 2007 pelo governo federal, para alavancar os eixos de infraestrutura logística, energética e social e urbana do Brasil, melhorando, desde então, a vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

Em 2015, o PAC executou investimentos da ordem de R\$ 251,7 bilhões, o que representa 24,2% do total previsto para o período 2015-2018 (R\$ 1,04 trilhão). A tendência positiva também foi verificada no volume de ações concluídas em 2015, que totalizou R\$ 159,7 bilhões, ou 23,8% do previsto até 2018 (R\$ 672 bilhões). Isso demonstra que uma expressiva parte do compromisso firmado foi cumprida com sucesso.

A evolução das principais obras apresentadas no 2º Balanço do PAC (2015-2018) demonstra que o programa obteve avanços em 2015, a despeito do cenário econômico desfavorável no país e no mundo e dos consequentes ajustes promovidos no Orçamento da União para adequação ao novo contexto fiscal. Neste sentido, o PAC permanece gerando resultados e mantendo seu papel importante na economia brasileira, na geração de empregos, na criação de oportunidades e na atratividade do País para o mercado mundial.

A incorporação do PIL na SEPAC trouxe novas ações às conquistas já alcançadas pelo governo federal, gerando uma nova perspectiva de investimentos estratégicos, com parcerias entre os setores público e privado, necessárias para enfrentar os problemas do Brasil e oferecer ao cidadão um país mais justo e desenvolvido.

Os investimentos do eixo infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias), por exemplo, proporcionam melhorias no tráfego de cargas e de passageiros, diminuindo o número de acidentes e aumentando a integração entre as diferentes regiões brasileiras.

Organograma

Durante o ano de 2015, a Secretaria do PAC sofreu três alterações em sua estrutura, conforme demonstrado a seguir:

1. **Decreto nº 8.391, de 16 de janeiro de 2015**, que “Altera o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em

Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, altera o Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e funções comissionadas técnicas.”

Nesse sentido, em 31 de janeiro de 2015, o decreto supra entrou em vigor, restando a UPC estruturada da seguinte forma:

Quadro 3 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (Dec. 8.391)

SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
GABINETE
Escritório Especial em Altamira-PA
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE LOGÍSTICA
Coordenação-Geral de Rodovias, Ferrovias e Hidrovias
Coordenação-Geral de Portos e Aeroportos
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA
Coordenação-Geral de Saúde, Educação, Cultura, Esportes, Cidades Históricas e Cidades Digitais
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES
Coordenação-Geral de Sistemas
Coordenação-Geral de Conteúdo
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA HIDRICA E MOBILIDADE URBANA
Coordenação-Geral de Recursos Hídricos
Coordenação-Geral de Mobilidade e Pavimentação
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA
Coordenação-Geral de Petróleo e Gás
Coordenação

Fonte: Decreto nº 8.391, de 16 de janeiro de 2015

*As informações do quadro acima têm por base o Decreto nº 8.391, de 16 de janeiro de 2015, posto o presente relatório referir-se ao exercício de 2015. No entanto no site <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/2015-decretos#content> já constam as informações do organograma funcional vigente, conforme Decreto nº 8.578, de 26/11/2015.

2. **Decreto nº 8.508, de 25 de agosto de 2015**, que “Altera o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, altera o Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria-Geral da Presidência da República, e remaneja cargos em comissão.”

Nesse sentido, em 02 de setembro de 2015 o decreto supra entrou em vigor, restando a UPC estruturada praticamente da mesma forma da descrita no Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, apenas realocando o Escritório Especial em Altamira-PA para a Secretaria Nacional de Articulação Social, **não mais fazendo parte da estrutura da SEPAC.**

3. **(Vigente) Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015**, que “Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e dispõe sobre a criação da Comissão de Transição e Inventariança da Extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.”

Nesse sentido, em 17 de dezembro de 2015 o decreto supra entrou em vigor, restando a UPC estruturada da seguinte forma:

Quadro 4 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas (Dec. 8.587)

SECRETARIA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
GABINETE
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE LOGÍSTICA
Coordenação-Geral de Rodovias
Coordenação-Geral de Ferrovias e Hidrovias
Coordenação-Geral de Portos e Aeroportos
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA SOCIAL E URBANA
Coordenação-Geral de Habitação e Cidades Históricas
Coordenação-Geral de Recursos Hídricos e Mobilidade Urbana
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES
Coordenação-Geral de Sistemas
Coordenação-Geral de Gestão da Informação
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ENERGIA
Coordenação-Geral de Petróleo e Gás
Coordenação

Fonte: Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015

Como demonstrado, por meio do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, o Departamento de Infraestrutura de Logística, teve sua Coordenação-Geral de Rodovias, Ferrovias e Hidrovias dividida em Coordenação-Geral de Rodovias e Coordenação-Geral de Ferrovias e Hidrovias.

No Departamento de Infraestrutura Social e Urbana restou criada a Coordenação-Geral de Habitação e Cidades Históricas, em substituição à Coordenação-Geral de Saúde, Educação, Cultura, Esportes, Cidades Históricas e Cidades Digitais.

O Departamento de Infraestrutura Hídrica e Mobilidade Urbana foi extinto, bem como as coordenações que lhe compunha: Coordenação-Geral de Recursos Hídricos e Coordenação-Geral de Mobilidade e Pavimentação, sendo a competência daquele departamento transferida para o

Departamento de Infraestrutura Social e Urbana, onde foi criada a Coordenação-Geral de Recursos Hídricos e Mobilidade Urbana.

No Departamento de Informações, foi criada a Coordenação-Geral de Gestão da Informação, em substituição à Coordenação-Geral de Conteúdo.

Referido Decreto ainda imputou à SEPAC nova competência, qual seja, a de monitorar e avaliar os resultados dos projetos integrantes do Programa de Investimento em Logística, conforme já exposto no item supra “Finalidade e Competências”.

O Escritório Especial em Altamira, no Estado do Pará, conforme exposto no Organograma supra, restava vinculado à SEPAC, e detinha a competência de monitorar e avaliar a implementação das ações federais constantes no Plano de Desenvolvimento Regional e Sustentável do Xingú. No entanto, em 02 de setembro de 2015, quando entrou em vigor o Decreto nº 8.508, de 25 de agosto de 2015, o Escritório Especial em Altamira-PA foi realocado para a Secretaria Nacional de Articulação Social, **não mais fazendo parte da estrutura da SEPAC.**

As **competências de cada uma das Áreas/Subunidades** estão descritas abaixo, constando em negrito as alterações realizadas pelo Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015 (vigente), em comparação ao Decreto nº 8.391, de 16 de janeiro de 2015.

O Gabinete do Secretário é responsável pela direção e coordenação das atividades da Secretaria, pelas atribuições relativas à secretaria executiva GEPAC e pelos assuntos administrativos.

A assessoria é responsável pelo monitoramento de manifestações em processos administrativos, pareceres acerca de Projetos de Lei que tratam de assuntos relativos ao PAC, monitoramento de processos relacionados ao PAC junto ao Tribunal de Contas da União, coordenação dos processos de prestação de contas, acompanhamento financeiro e orçamentário, além de outras atividades afins.

Ao Departamento de Infraestrutura de Logística compete monitorar e avaliar os resultados dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa de Investimento em Logística nos setores de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. (*aprovada pelo art. 46 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015*). Esse Departamento é responsável ainda pela coordenação das salas de situação no eixo de logística. Para tanto, está organizado em três coordenações responsáveis por planejar, coordenar e monitorar as atividades, assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura de Logística, coordenar as salas de situação e elaborar relatórios, notas técnicas e balanços: Coordenação-Geral de Rodovias, Coordenação-Geral de Ferrovias e Hidrovias e Coordenação-Geral de Portos e Aeroportos.

Ao Departamento de Infraestrutura Social e Urbana compete monitorar e avaliar os resultados dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento nos setores de habitação, saneamento, prevenção em áreas de risco, saúde, educação, cultura, esporte, cidades históricas, cidades digitais, **recursos hídricos, mobilidade e pavimentação.** (*alterada pelo art. 47 do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015*). O Departamento responde pela coordenação das salas de situação que tratam dessas áreas. Sua estrutura é composta por duas coordenações: Coordenação-Geral de Habitação e Coordenação-Geral de Recursos Hídricos e Mobilidade Urbana, além das Diretorias de Programa que acompanham a área de Saneamento e demais áreas relacionadas ao Departamento. São, assim, responsáveis por articular, monitorar e avaliar a seleção de execução de empreendimentos, assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura Social e Urbana, coordenar as salas de situação e elaborar relatórios, notas técnicas e balanços, no que tange a sua área de competência.

Ao Departamento de Informações compete gerir informações sobre a execução dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa de Investimento em Logística, inclusive relativas aos seus impactos socioeconômicos. Desta forma, responde pela consolidação dos dados e pela organização das informações de natureza gerencial produzidas pela SEPAC. Sua estrutura se compõe de duas coordenações: Coordenação-Geral de Sistemas e, a Coordenação-Geral

de Gestão da Informação (*alteração do art. 48 do Decreto n° 8.578, de 26 de novembro de 2015*). À Coordenação-Geral de Sistemas compete: planejar, coordenar, gerir os projetos de soluções de Tecnologia da Informação – TI relacionadas ao monitoramento das informações; propor, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação corporativos utilizados no monitoramento das informações; promover ações de capacitação e treinamento no uso dos sistemas de informação corporativos utilizados no monitoramento das informações; desenvolver ações para garantia da disponibilidade, qualidade e confiabilidade das soluções de TI relacionadas ao monitoramento das informações; coordenar e executar as ações de promoção e conscientização em segurança da informação e comunicação, no âmbito da SEPAC; representar a SEPAC no Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI, no Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC e demais instâncias consultivas e deliberativas relacionadas à TI que forem instituídas no Ministério; e subsidiar o Departamento Setorial de Tecnologia da Informação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – DSTI/SLTI no cumprimento das políticas, diretrizes e normas gerais relativas ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP. À Coordenação-Geral de Gestão da Informação compete: articular e coordenar junto aos demais Departamentos da SEPAC, a elaboração de relatórios internos, destinados ao Gabinete Presidencial e ao Gabinete Ministerial, sobre o monitoramento dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Programa de Investimento em Logística – PIL; coordenar e supervisionar a revisão de material sobre o PAC, destinados à: balanços nacionais semestrais, cartilhas estaduais semestrais e página do PAC na Internet; subsidiar a SEPAC e o Gabinete Ministerial na elaboração de apresentações sobre o PAC.

Ao Departamento de Infraestrutura de Energia compete monitorar e avaliar os resultados dos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento nos setores de petróleo e gás e de geração e transmissão de energia elétrica (*alteração do art. 49 do Decreto n° 8.578, de 26 de novembro de 2015*). É responsável pela coordenação das salas de situação nos eixos de energia, que inclui as áreas de petróleo, gás, combustíveis renováveis, geologia, mineração e Fundo de Marinha Mercante. Para tanto, está organizado em duas coordenações responsáveis por planejar, coordenar e monitorar atividades, assistir o Secretário e o Diretor de Infraestrutura de Energia, coordenar as salas de situação e elaborar relatórios, notas técnicas e balanços.

Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos decorrem das atribuições da SEPAC, previstas nos incisos do art. 45 do Decreto n° 8.578, de 26/11/2015, e correspondem, ordinariamente, ao seguinte ciclo:

1. Coleta de informações relativas à execução e ao estágio das ações do PAC e do PIL junto aos órgãos setoriais;
2. Levantamento e discussão, junto aos responsáveis pela execução/concessão, principalmente por meio das salas de situação, dos eventuais obstáculos ao adequado andamento;
3. Avaliação das ações, no âmbito de cada área monitorada, sistematizada nas salas de situação;
4. Discussão e desenvolvimento de propostas de solução para os principais gargalos e problemas identificados, também no âmbito das salas de situação;
5. Produção e manutenção de informações gerenciais, a partir da gestão dos dados coletados e das informações produzidas nos processos de avaliação e da correlação entre essas informações, o que resulta na produção dos Balanços do PAC e dos resultados do PIL;
6. Acompanhamento das Concessões realizadas no âmbito do PIL.

A SEPAC atua, ainda, com base na experiência das monitorias, subsidiando a definição de metas, de novos projetos e de portfólios que podem ser integrados ao PAC e ao PIL.

Semestralmente, a SEPAC produz os balanços do PAC e o material que os complementa. E ainda realiza levantamentos e publica, periodicamente, os resultados alcançados pelo PIL.

Os balanços e resultados alcançados em 2015 foram tratados de forma detalhada no item “Relacionamento com a Sociedade” (Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade).

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E OPERACIONAL

Planejamento Organizacional

Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

O PAC é um exercício permanente de modernização da gestão dos projetos e, por isso, a cada ciclo, vem incluindo novas ações às conquistas já alcançadas. A sua continuidade solidifica a nova cultura de investimentos estratégicos, com parcerias da União com os entes da federação e os setores público e privado, necessárias para enfrentar os problemas do Brasil e oferecer ao cidadão um país mais justo e desenvolvido.

Ao longo dos anos acresceu-se a esses objetivos iniciais do PAC a atuação em busca de efeitos mitigadores da crise econômica mundial. Além da carteira de investimentos propriamente dita, há um conjunto de medidas institucionais, com o objetivo de aumentar a oferta de crédito e redução dos juros, de desonerações tributárias e de melhoria do ambiente de investimento, entre outras, estruturadas de modo a dar consistência e potencializar os efeitos das ações de investimento. Essas medidas são desempenhadas em diversos órgãos do Governo Federal, e embora haja uma atuação da SEPAC na articulação dessas intervenções, suas atribuições específicas dizem respeito, mais diretamente, ao monitoramento da carteira de investimentos.

Nesse sentido, os objetivos estratégicos do PAC são os de incentivar o investimento privado e promover o investimento público em infraestrutura física e social. Mantém-se os objetivos originais de se construir a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento do país, fazer crescer o emprego e a renda e acelerar o crescimento econômico, construir condições sociais que deem suporte e sustentabilidade a esse crescimento.

As principais metas da SEPAC no exercício 2015 foram alavancar os eixos de infraestrutura logística, energética, social e urbana do Brasil, estimulando a economia, em busca da superação do cenário econômico desfavorável no país e no mundo, ao mesmo tempo em que tornou-se necessário adequar-se ao novo contexto fiscal de ajustes promovidos no Orçamento da União.

Em relação ao PIL, os objetivos no exercício de 2015 foi de buscar o aumento da escala dos investimentos privados em infraestrutura de transportes e promover a integração de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte, além de promover a eficiência e aumentar a competitividade do País.

Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em 2015, foi realizada uma reestruturação do PAC em três eixos (Eixo Infraestrutura Logística, Eixo Infraestrutura Energética e Eixo Social e Urbano). Além disso, houve a inclusão do acompanhamento do PIL como competência da SEPAC.

Após a definição de recursos para investimentos, realizou-se uma seleção dos empreendimentos baseada em: critérios de alavancagem do desenvolvimento local e regional e de redução das desigualdades sociais e regionais; características estruturantes contempladas nos diversos planos estratégicos setoriais; sinergia entre os projetos e complementaridade; sustentabilidade ambiental; e recuperação de infraestrutura existente.

A SEPAC ainda participou ativamente de debates e discussões relativas à aplicação do RDC (Regime Diferenciado de Contratações) nas ações do PAC, de modo a conferir maior eficácia e rapidez aos procedimentos licitatórios e maior segurança aos contratos deles decorrentes.

A estratégia da SEPAC em 2015, discutida amplamente com a Secretaria Executiva deste Ministério, foi pautada pelas prioridades de consolidar e aprimorar os arranjos institucionais do PAC e do PIL, coordenar a estruturação da carteira de investimentos, subsidiando a definição das metas, e dar sequência ao sistema de monitoramento.

As metas foram fixadas, no âmbito dos órgãos executores, para cada empreendimento, e sua consolidação permite uma avaliação por segmento (subtipo, tipo ou eixo) até uma visão do PAC como um todo. A evolução das principais obras apresentada no 2º Balanço do PAC (2015-2018), bem como dos resultados apresentados pelo PIL, demonstra que os programas obtiveram avanços em 2015, a despeito do cenário econômico desfavorável.

Mais dados acerca dos resultados da UPC constam dos itens “Apresentação” e “Âmbito de Atuação”.

Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucional e outros Planos

Os Planos da Unidade acima descritos e executados estão vinculados às competências dispostas no art. 45, do Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015, que revogou o Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014 (art. 46), e atribuiu à SEPAC as competências de: subsidiar a definição das metas relativas aos projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento; monitorar e avaliar os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento; produzir informações gerenciais relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento; exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento – GEPAC; e **acompanhar e monitorar os resultados do Programa de Investimentos em Logística** (*texto incluído pelo Decreto nº 8.578/2015*).

Cabe salientar as informações constantes do item “Macroprocessos Finalísticos”, que expõe o ciclo de atuação da Secretaria, tendo em vista as suas competências expostas nos Decretos supra.

Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

Na Secretaria foram criados mecanismos para o devido acompanhamento e monitoramento das ações de ambos os Programas, PAC e PIL.

Dentre esses, estão as salas de situação, como estruturas constituídas por grupo de servidores indicados para acompanhar as ações de cada setor, coordenadas pela SEPAC. Nas salas de situação são efetuados o acompanhamento de cronogramas físico e financeiro para assegurar prazos e resultados, gerenciar restrições que possam afetar o desempenho do programa e induzir melhorias nas políticas públicas. Em sentido semelhante, as execuções relacionadas ao PIL são gerenciadas por meio do plano de monitoramento, que ocorre periodicamente com representantes da Secretaria, bem como de órgãos setoriais e outros interessados, tais como Ministério da Fazenda e Casa Civil.

Foi criada uma base de dados, que dá suporte às salas de situação e é regularmente alimentada com informações, de natureza declaratória, elaboradas pelos órgãos responsáveis pela sua execução.

Além disso, existe uma ferramenta gerencial de inteligência de negócios que foi configurada e adaptada para geração de relatórios, gráficos e projeções, permitindo o acompanhamento eficaz e tempestivo da evolução da base de dados.

A SEPAC se utiliza ainda de sistemas estruturantes, quais sejam: o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - SISPAC, utilizado para cadastro e liberação de recursos relativos aos empreendimentos, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 5º-B do Decreto 6.025/2007, que serve de apoio ao acompanhamento da execução orçamentaria e da contabilização do PAC, além do SIOP, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que suporta os processos de planejamento e orçamento do Governo Federal. Quando necessárias, são utilizadas informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Os processos realizados nas salas de situação e no plano de monitoramento, bem como os atores participantes desses processos e decisões são melhor detalhados no item “Governança”.

Desempenho Orçamentário

O “Quadro – Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS”; “Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS”; “Ações não Previstas LOA do exercício – Restos a Pagar – OFSS”, não se aplicam à SEPAC, posto que não há programação nesses níveis internamente na Unidade. O “Quadro – Ações do Orçamento de Investimento” não se aplica à Unidade.

Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados

Esse item não se aplica à UPC, haja vista que os objetivos estabelecidos no PPA são de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e não da SEPAC.

No entanto, no que se refere à Ação 8785 (Gestão e Administração do Programa – GAP do PAC), estão compreendidas as seguintes despesas em apoio ao processo de monitoramento do PAC: serviços administrativos em geral; sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal.

A finalidade desta ação é constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC no âmbito do MPOG, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas.

Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro 5 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação	
Código	8785 Tipo: Atividade
Título	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC
Iniciativa	Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos Código: 02DB
Objetivo	Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas Código: 0607
Programa	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública Código: 2038 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	47101 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.961.000,00	1.961.000,00	754.543,75	514.942,80	514.942,80	0	434.304,79
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Não há meta física						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
434.304,79	50.389,96	325.865,98	Não há meta física			

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Não houve ocorrência de fatores intervenientes no desempenho orçamentário na UPC no exercício de 2015.

Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento					
CNPJ:	00.489.828/0003-17 (MPOG)					
UG/GESTÃO:	20113					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada	1	0	0	R\$ 27.653,20	0	0
Totais	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Quadro 7 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento					
UG/GESTÃO: 20113					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	1
		Montante Repassado	0	0	R\$ 27.653,20
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Obs. Vigência do TED até setembro de 2016.

Quadro 8 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento				
UG/GESTÃO: 20113				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termo de Execução Descentralizada
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0	0	0
	Quantidade reprovada	0	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0	0
	Montante repassado (R\$)	0	0	0
Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0	1
	Montante repassado (R\$)	0	0	R\$ 27.653,20

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Obs. Vigência do TED até setembro de 2016.

Informações sobre a Execução das Despesas

Passagens e despesas com locomoção	382.351,72	244.950,75	219.515,21	181.419,55	162.836,51	65.531,20	219.515,21	181.419,55
Locação de mão de obra	268.102,40	242.688,00	200.971,80	202.239,98	67.130,60	40.448,02	200.971,80	202.239,98
Diárias - pessoal civil	61.623,73	67.966,11	61.623,73	67.966,11	0,00	0	61.623,73	67.966,11
Outros serviços de terceiros – pessoa física	23.172,70	496,85	23.172,70	496,85	0,00	0	23.172,70	496,85
Outros serviços de terceiros pessoa jurídica - op. int. orç.	17.902,00	119.051,60	8.268,16	29.922,70	9.633,84	89.128,90	8.268,16	29.922,70
Material de consumo	1.391,20	0	1.391,20	0	0,00	0	1.391,20	0
Indenizações e restituições	0	2.223,32	0	2.223,32	0	0	2.223,32	0
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Nome do elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5. Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome do elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Nome do elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
...	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Desempenho Operacional

Como se sabe, a SEPAC não executa as obras do PAC e do PIL diretamente, sendo responsável por acompanhar, monitorar e articular os órgãos envolvidos em sua execução de modo a garantir as principais metas e resultados.

Nesse sentido, demonstramos no item “Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho”, que em 2015 foram produzidas informações gerenciais sobre os empreendimentos acompanhados pela Secretaria, por meio da realização do 1º Balanço do PAC 2015-2018, referente ao período de janeiro a junho de 2015, do 2º Balanço do PAC 2015-2018, referente ao ano de 2015, disponíveis no site <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>.

Vale lembrar que, após cada um dos Balanços, são publicadas Cartilhas Estaduais que trazem informações específicas sobre o andamento dos empreendimentos nos respectivos Estados da Federação.

Além disso, como substrato do resultado do monitoramento do PAC, os Balanços realizados em 2015 trouxeram indicadores específicos de cada política, demonstrando, por exemplo, os percentuais de valores executados e obras concluídas, de forma a dar maior transparência ao programa.

No que se refere ao PIL, suas principais atividades desempenhadas e resultados alcançados restam demonstrados no site <http://www.logisticabrasil.gov.br/resultados-ja-alcancados>, onde podem ser encontrados ainda infográficos, informações sobre estudos e Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.

Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Quadro 11 - Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015	REALIZADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015
Monitorar e avaliar o Programa de Aceleração do Crescimento, bem como produzir informações gerenciais sobre os empreendimentos que fazem parte do PAC, por meio da realização dos Balanços do PAC.	Unidade do Caderno do Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento.	02	02

GOVERNANÇA

Descrição das Estruturas de Governança

A SEPAC atua como estrutura de governança do PAC e do PIL. Nesse sentido, no que se refere aos empreendimentos do PAC, as salas de situação servem como estruturas constituídas por grupo de servidores indicados para acompanhar as ações de cada setor, coordenadas pela SEPAC, realizam o acompanhamento de cronogramas físico e financeiro para assegurar prazos e resultados, gerenciar restrições que possam afetar o desempenho do programa e induzir melhorias nas políticas públicas. Tais salas podem ser consideradas instâncias mistas de governança, já que são compostas por agentes internos (responsáveis pelo processo de monitoramento e coordenação das salas de situação) e externos (responsáveis pela atualização de dados e partícipes do processo de identificação e gerenciamento de restrições).

De forma semelhante, a Secretaria realiza reuniões periódicas, plano de monitoramento do PIL, onde são atualizadas as informações sobre o andamento dos projetos de concessão e expõem-se as eventuais dificuldades para o andamento das obras, tais como, processos de desapropriação e de licenciamento ambiental. A partir desse levantamento, são encaminhadas aos responsáveis propostas de resolução dos possíveis conflitos e estima-se prazos para tal.

Ordinariamente, como informado no item “Macroprocessos Finalísticos”, a SEPAC atua em um ciclo que envolve: a coleta de informações relativas à execução e ao estágio das ações do PAC e do PIL junto aos órgãos setoriais; o levantamento e discussão, junto aos responsáveis pela execução/concessão, principalmente por meio das salas de situação, dos eventuais obstáculos ao adequado andamento; a avaliação das ações, no âmbito de cada área monitorada, sistematizada nas salas de situação; a discussão e desenvolvimento de propostas de solução para os principais gargalos e problemas identificados, também no âmbito das salas de situação; a produção e manutenção de informações gerenciais, a partir da gestão dos dados coletados e das informações produzidas nos processos de avaliação e da correlação entre essas informações, o que resulta na produção dos Balanços do PAC e dos resultados do PIL; o acompanhamento das Concessões realizadas no âmbito do PIL.

Portanto, a base de dados que dá suporte às salas de situação é regularmente alimentada com informações, de natureza declaratória, a respeito de cada empreendimento do PAC e projetos do PIL, elaboradas pelos órgãos responsáveis pela sua execução/concessão.

Um sistema de administração dessa base foi desenvolvido com o objetivo de facilitar o registro e a atualização de informações gerenciais como justificativas para alterações de status e situação do projeto, tabelas básicas de tipo e subtipo, mudanças pontuais em atributos, etc. Uma ferramenta gerencial de inteligência de negócios foi configurada e adaptada para geração de relatórios, gráficos e projeções, permitindo o acompanhamento eficaz e tempestivo da evolução da base de dados. Com auxílio de um ambiente de gestão de conhecimento colaborativo, são definidos os ciclos de monitoramento e fornecidas informações qualitativas sobre os resultados, as restrições, as providências e encaminhamentos acordados nas salas de situação e nos planos de monitoramento. Os três atores: responsáveis, monitores e gestores, que compõem a cadeia informacional da SEPAC, acessam o sistema que tem regras de alçada hierárquicas de preenchimento.

Desde 2015, a produção dos balanços vem ocorrendo semestralmente, conforme disposto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (publicadas anualmente), e permite transmitir informações atualizadas e transparentes à sociedade e aos órgãos governamentais. Já no que se refere às informações acerca do PIL, estas vêm sendo atualizadas periodicamente em seu site <http://www.logisticabrasil.gov.br/>.

Esse processo gerencial, centrado no registro de informações quantitativas declaratórias e qualitativas, subsidia o trabalho nas salas de situação e nos planos de monitoramento, resultando no efetivo acompanhamento da evolução dos empreendimentos e projetos, e tem como foco a resolução dos entraves identificados.

No que se refere ao processo gerencial do PIL, os principais projetos foram apresentados pelo Governo Federal em junho de 2015, conforme Lançamento do Programa de Investimento em Logística – 2ª Etapa, disponível no site http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/ministro/2015/junho/150608_PIL-2015.pdf.

Além desses, restou permitida ainda a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, com a finalidade de subsidiar a administração pública na estruturação de outros empreendimentos objeto de concessão ou permissão de serviços públicos, de parceria público-privada, de arrendamento de bens públicos ou de concessão de direito real de uso, conforme disposto no Decreto nº 8.428, de 02 de abril de 2015, o qual “Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública”. O Decreto permitiu a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos e

O processo gerencial do PAC, em função da natureza declaratória e qualitativa das informações, ocorre em separado dos sistemas estruturantes utilizados para acompanhar a execução orçamentaria e a contabilização do PAC (o SISPAC, utilizado para cadastro e liberação de recursos relativos aos empreendimentos, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 5º-B do Decreto 6.025/2007 e o SIOP, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que suporta os processos de planejamento e orçamento do Governo Federal).

Externamente, há duas instâncias de governança, definidas no Decreto 6.025/2007, que instituiu o PAC:

CGPAC: Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento, instância responsável pelo acompanhamento e supervisão do PAC, com o objetivo de coordenar as ações necessárias à sua implementação e execução, composto pelos Ministros do Planejamento Orçamento e Gestão, que o coordena, da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República.

A inclusão de novas ações no PAC é precedida de deliberação do CGPAC, cujas atas autorizam a inclusão.

Constantemente o CGPAC, no exercício de sua função de supervisão, a partir de reuniões de seus representantes com ministros das áreas setoriais, diretores de estatais e representantes de governos estaduais e municipais responsáveis pela execução de obras do PAC, reorienta ou ratifica o trabalho das equipes de monitoramento, de modo a garantir a implementação do PAC.

GEPAC: Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC, sendo integrado por representantes da própria SEPAC, da SOF e da SPI (estes do MPOG), SAM (Casa Civil da Presidência da República), da STN e da SAE (Ministério da Fazenda).

O GEPAC atua como instância intermediária entre as salas de situação e o CGPAC, definindo e redefinido, a partir dos diagnósticos levantados, metas e prioridades de intervenção para empreendimentos ou carteiras.

A figura abaixo ilustra e exemplifica o modelo de gestão do PAC:

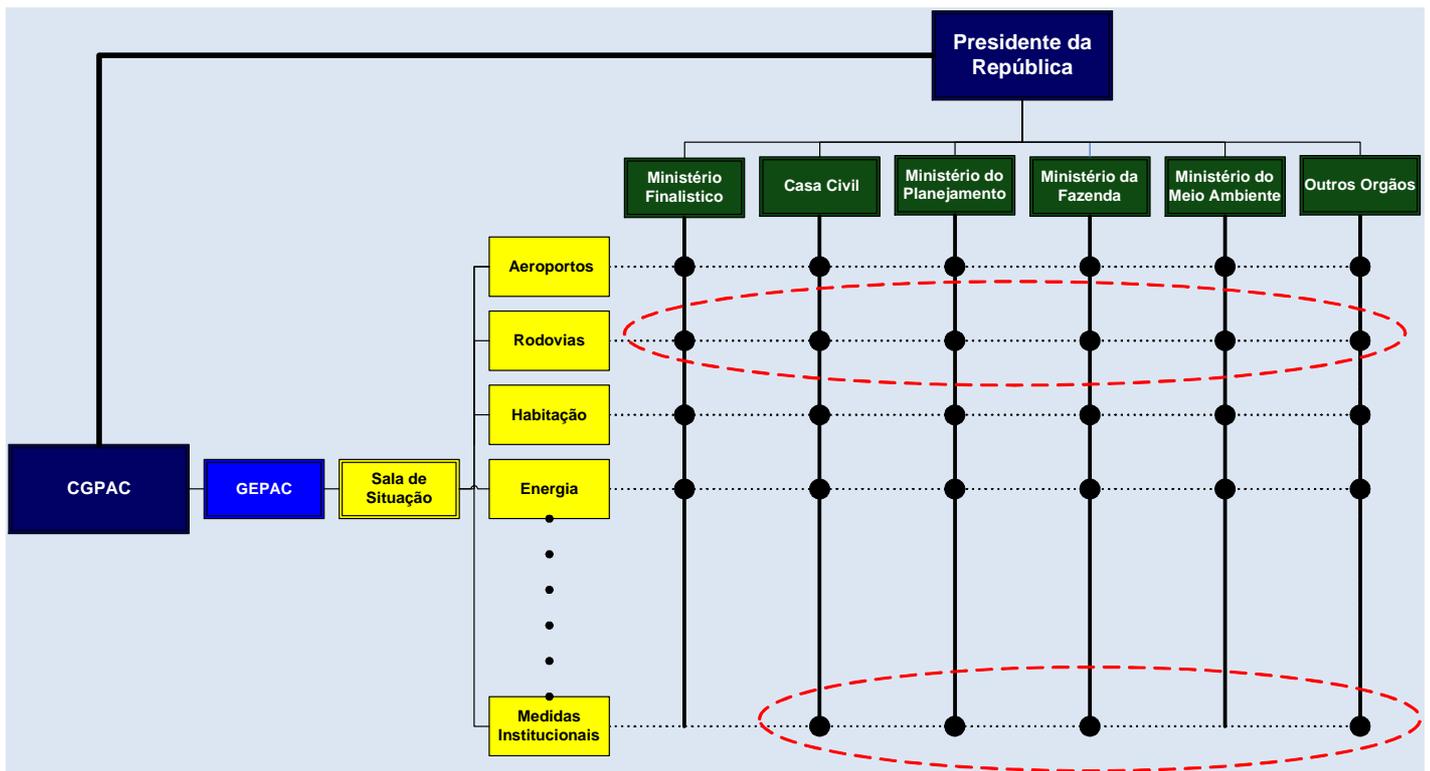


Figure 1 – Modelo de Gestão do PAC

Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Em razão de sua própria natureza e dimensão, a UPC não dispõe de estruturas de governança interna típicas, como conselhos, auditorias internas ou outro sistema de correição. Também não há ocorrências de ilícitos praticados na Unidade.

Em caso de ilícito, a apuração é realizada pelo próprio Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio de sua Corregedoria. Nesse sentido, o novo Regimento Interno do MPOG (Portaria nº 220, de 25/06/2014, publicada no DOU de 26/06/2014), atribuiu à Corregedoria do MPOG a responsabilidade pela instauração, coordenação e gestão dos processos disciplinares da Pasta.

Assim, o item **Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos não se aplica à UPC.**

Gestão de Riscos e Controles Internos

As atividades da SEPAC são objeto de acompanhamento pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como são objeto de fiscalização e auditoria pela Corregedoria Geral da União, como ocorreu em 2014, o que contribui para a consecução dos resultados planejados pela Secretaria.

O sistema de gestão de riscos diz respeito basicamente às informações gerenciais das ações do PAC e do PIL, sendo considerado eficaz no que diz respeito à identificação e comunicação de riscos. A gestão de informações passa por processo contínuo de aprimoramento, sendo sempre necessários ajustes, avanços e inovações no processo de monitoramento adotado pela SEPAC.

Nesse sentido, para mitigar o risco de perda de informações, a Secretaria adota algumas medidas importantes. Além de constarem em sua base de dados, os dados de ambos os programas são

salvos em dois sistemas de Backup: um efetuado diariamente pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e outro efetuado também diariamente pela própria Diretoria de Informações da SEPAC.

Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Canais de Acesso do Cidadão

A atuação da SEPAC na relação com a sociedade ocorre, fundamentalmente, por meio de cinco canais de acesso ao cidadão: o balanço do PAC e os resultados do PIL; o Sistema de Informação ao Cidadão do MPOG; os sites do PAC, do PIL e do MPOG; por meio do contato direto com a equipe da Secretaria; bem como por meio da participação em processos de discussão e mediação sobre obras que possam causar impactos sociais mais sensíveis.

O Balanço do PAC é o mais importante mecanismo de transparência do Programa, e será tratado no subitem “Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade”, deste item “Relacionamento com a Sociedade”.

Com as recentes alterações ocorridas em 2015 na estrutura/modelo do PIL, seus resultados encontram-se detalhados no site <http://www.logisticabrasil.gov.br/resultados-ja-alcancados>.

Outro mecanismo que pode ser utilizado pelo cidadão é o Sistema de Informações ao Cidadão do Ministério do Planejamento – SIC, por meio do qual também poderá efetuar solicitações, reclamações, denúncias e sugestões acerca da Secretaria e dos Programas. No ano de 2015, a SEPAC recebeu, por meio do SIC, 15 demandas, as quais foram todas respondidas em uma média de 2 a 3 dias úteis.

Existe ainda, no site do PAC, um canal de contato, por meio do qual o cidadão pode efetuar questionamentos ou solicitar informações acerca do Programa e das obras, obtendo respostas da equipe da SEPAC. Além de existir a possibilidade de contato pelo site do Ministério do Planejamento.

O mesmo tipo de acesso pode ser feito por e-mails encaminhados à Secretaria ou a membros de sua equipe, cujos endereços eletrônicos estão disponíveis no sítio <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/coordenacao/quem-e-quem>.

A SEPAC também participa, eventualmente, do processo de mediação em casos de empreendimentos que possam causar impactos sociais em povos e comunidades tradicionais. Exemplo dessa participação com a sociedade é o que ocorre na Usina Hidrelétrica de Jirau, localizada em Rondônia, onde a equipe do Departamento de Infraestrutura de Energia da SEPAC participou, em 2015, de diversas reuniões com comunidades indígenas, representações da sociedade civil e dos municípios, no intuito de debater o desenvolvimento sustentável da região à luz dos empreendimentos planejados.

Todavia, a SEPAC não é um órgão que presta serviços públicos diretamente ao cidadão, normalmente não recebendo demandas diretas relativas às obras do PAC e projetos do PIL.

Carta de Serviços ao Cidadão

O item “Carta de Serviços ao Cidadão” não se aplica à UPC, posto que a SEPAC não presta serviços diretos ao cidadão, normalmente não recebendo demandas diretas relativas às obras do PAC e projetos do PIL.

Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

O item “Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários” não se aplica a esta UPC, posto que a SEPAC não presta serviços diretos ao cidadão, normalmente não recebendo demandas diretas relativas às obras do PAC e projetos do PIL.

Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade

O Balanço do PAC é um documento por meio do qual são apresentados os resultados dos Programas.

Em 2015 foram produzidos dois balanços: o 1º Balanço do PAC 2015-2018 (Janeiro – Junho), divulgado em 31 de agosto de 2015; e o 2º Balanço do PAC 2015-2018, divulgado em 29 de fevereiro de 2016.

Desde 2015, os balanços tiveram alterações em sua estrutura, o que diferencia as últimas duas edições daquelas mais antigas. Os balanços apresentados referentes ao exercício de 2015 são compostos por uma apresentação; um resumo da execução financeira e orçamentária de todo o PAC, e das ações concluídas; além de outros três capítulos, dedicados a cada um dos eixos do Programa: Eixo Infraestrutura Logística; Eixo Infraestrutura Energética; e o Eixo Infraestrutura Social e Urbana.

Os balanços são complementados por Cartilhas Regionais, que trazem detalhes sobre o PAC e sobre os investimentos realizados em cada estado e no Distrito Federal.

Após a divulgação, os balanços e as cartilhas são disponibilizados no sítio eletrônico do programa (www.pac.gov.br), que registrou, em 2015, 698 mil acessos.

Também estão presentes, no sítio eletrônico do PAC, a lista completa de obras do Programa, mapa interativo com a geolocalização das obras do programa, notícias sobre o programa, diversas apresentações, informações sobre medidas institucionais, legislação, vídeos e infográficos, entre outras informações.

Existe ainda uma ferramenta do Governo Federal chamada “Dados Abertos”, que pode ser acessada por meio do link <http://dados.gov.br/>, por meio da qual é disponibilizada toda a base de dados das obras do Programa.

Tendo em vista a recente inclusão do acompanhamento do PIL como competência desta SEPAC, efetuada pelo Decreto nº 8.5878, de 26 de novembro de 2015, as informações consolidadas acerca dos projetos do PIL são disponibilizadas no site <http://www.logisticabrasil.gov.br/index.php/content/view/2780.html>. O site é composto ainda de informações sobre os estudos de projetos, condições de financiamento, atendimento ao investidos, dados macroeconômicos etc.

Medidas para Garantir a Acessibilidade

Os sites do PAC e do PIL disponibilizam diversos recursos visuais para facilitar o acesso a informações e a navegação em seu site. Além disso, existem diversas maneiras de se pesquisar as obras vinculadas ao PAC e ao PIL, o que facilita o acesso e a verificação do andamento das obras.

A busca por informações sobre empreendimentos do PAC pode ser realizada por eixo, por tipo, por estado, por empreendimento, por estágio e por município.

Segue-se exemplo da informação disponibilizada, por empreendimento:

Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional - Eixo Leste - PB PE:

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Ministério da Integração Nacional
EXECUTOR:	Ministério da Integração Nacional
UNIDADE FEDERATIVA:	PB PE

MUNICÍPIO(S):	ALCANTIL/PB, AMPARO/PB, AROEIRAS/PB, BARRA DE SANTANA/PB, BARRA DE SÃO MIGUEL/PB, BAYEUX/PB, BOA VISTA/PB, BOQUEIRÃO/PB, CABACEIRAS/PB, CALDAS BRANDÃO/PB, CAMALAUÍ/PB, CAMPINA GRANDE/PB (...)
INVESTIMENTO PREVISTO	R\$3.463.294.813,27
ESTÁGIO:	Em obras
DATA DE REFERÊNCIA	31 de Dezembro de 2015

Figure 2 - Exemplo de informação sobre obras no sítio do PAC

Fonte: <http://www.pac.gov.br/obra/4244>

Em relação às buscas realizadas no site do PIL, é possível encontrar os projetos divididos por áreas: rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Além disso é possível o acesso às informações relacionadas aos estudos de projetos, PMIs e condições de financiamento.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

O item não se aplica à Unidade, haja vista esta Secretaria não realizar, internamente, procedimentos contábeis.

Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O item não se aplica à Unidade, haja vista esta Secretaria não realizar, internamente, procedimentos contábeis.

Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

A Declaração Plena do Contador consta do Anexo 1, localizado no item “Anexos e Apêndices”.

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Gestão de Pessoas

Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 12 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	36	5	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	36	5	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	25	2	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	11	3	3
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	4	1	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	Não há	40	6	7

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Obs1. Conforme informações da COGEP/MP, a lotação autorizada não é detalhada, haja vista que o Ministério do Planejamento é formado por órgãos extintos.

Obs2. Quantitativo de Cedidos ou Afastados da Secretaria é de 4 servidores de carreira vinculada ao órgão.

Quadro 13 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	10	26
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	10	26
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	20
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	6
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	14	26

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Obs1. Quantitativo de Cedidos ou Afastados da Secretaria é de 4 servidores de carreira vinculada ao órgão.

Quadro 14 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	25	19	15
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	25	19	15
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	11	10	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	10	7	3
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	4	2	9
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	25	19	15

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Obs1. Em relação aos Aposentados informamos que "não há detalhamento", posto que os servidores aposentados da Administração Pública que exercem DAS são vistos no sistema apenas com servidores "sem vínculo".

Obs2. Conforme orientações da COGEP/MP, para a elaboração específica das tabelas do item "Gestão de Pessoas", não foi levada em consideração a estrutura publicada pelo Decreto nº 8.578 de 26/11/2015, haja vista a permanência mínima desse dispositivo no ano de referência para o relatório.

Demonstrativo das Despesas com Pessoal

O Quadro "Despesas do pessoal", que representa o "Demonstrativo das Despesas com Pessoal", consta do **Anexo 2, localizado no item "Anexos e Apêndices"**.

Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

A Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento possui, em sua estrutura interna, apenas unidade responsável por monitorar, de forma quantitativa, sua força de trabalho, haja vista ser a gestão de pessoal centralizada na Secretaria de Gestão do MPOG.

Nesse sentido, não há nesta UPC controles internos com a finalidade de detectar possível acumulação indevida de cargos, funções, empregos públicos, ou mesmo para detectar terceirização irregular de cargos, ou para desenvolver indicadores para a área de pessoal.

No ato de provimento do cargo público, os servidores preenchem, junto à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, declaração de não acumulação de cargos públicos, sendo o controle, monitoramento e gestão de dados de pessoal, bem como sua possível gestão de risco, são tratadas e centralizadas na Secretaria de Gestão do MPOG.

Nesse sentido, as informações disponíveis a esta Secretaria estão contidas no item acima "Gestão de Pessoas".

Dessa forma, **não se aplica a esta UPC o item "Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal"**.

Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

As funções de gestão referentes ao item "Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários" estão centralizadas na Secretaria de Gestão do MPOG.

Nesse sentido, as informações disponibilizadas a esta Secretaria estão contidas no quadro abaixo.

Quadro 15 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC					
Nível de Escolaridade	Quantidade de contratos de estágio vigente				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1 Área Fim	1,00	1,00	1,00	1,00	5.419,60
1.2 Área Meio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Nível Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1 Área Fim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 Área Meio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Total	1	1	1	1,00	5.419,60

Fonte: SIAPE

Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

A UPC não tem sob sua responsabilidade a gestão de patrimônio e imóveis. A SEPAC funciona em instalações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dessa forma, **não se aplica à esta UPC o item “Gestão do Patrimônio e Infraestrutura”, bem como seu subitem “Gestão do Patrimônio Imobiliário da União”.**

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A UPC não tem sob sua responsabilidade a gestão de imóveis. A SEPAC funciona em instalações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dessa forma, não se aplica à esta UPC o item “Gestão do Patrimônio Imobiliário da União”.

Gestão da Tecnologia da Informação

Principais Sistemas de Informações

Na SEPAC, a base de dados que dá suporte às salas de situação é regularmente alimentada com informações, de natureza declaratória, a respeito de cada empreendimento do PAC e projeto do PIL, elaboradas pelos órgãos responsáveis pela sua execução/concessão.

Um sistema de administração dessa base foi desenvolvido com o objetivo de facilitar o registro e a atualização de informações gerenciais como justificativas para alterações de status e situação, tabelas básicas de tipo e subtipo, mudanças pontuais em atributos, etc.

Uma ferramenta gerencial de inteligência de negócios foi configurada e adaptada para geração de relatórios, gráficos e projeções, permitindo o acompanhamento eficaz e tempestivo da evolução da base de dados. Com auxílio de um ambiente de gestão de conhecimento colaborativo, são definidos os ciclos de monitoramento e fornecidas informações qualitativas sobre os resultados, as restrições, as providências e encaminhamentos acordados nas salas de situação.

Esse processo gerencial, centrado no registro de informações quantitativas declaratórias e qualitativas, subsidia o trabalho nas salas de situação e nos planos de monitoramento, resultando no

efetivo acompanhamento da evolução dos empreendimentos e projetos, e tem como foco a resolução dos entraves identificados.

Tal procedimento ocorre, em função da sua natureza declaratória e qualitativa, em separado dos sistemas estruturantes utilizados para acompanhar a execução orçamentaria e a contabilização do PAC (o SISPAC, utilizado para cadastro e liberação de recursos relativos aos empreendimentos, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 5º-B do Decreto 6.025/2007 e o SIOP, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, que suporta os processos de planejamento e orçamento do Governo Federal).

Os processos realizados nas salas de situação e no plano de monitoramento, bem como os atores participantes desses processos e decisões são melhor detalhados no item “Governança”.

No que se refere aos contratos na área de Tecnologia da Informação, estes estão concentrados no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O item “Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)” não se aplica à UPC, haja vista que os contratos na área de Tecnologia da Informação estão concentrados no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras

As políticas de sustentabilidade ambiental são centralizadas no Ministério do Planejamento, às quais a SEPAC adere. No que se refere aos recursos renováveis (tais como quantitativos de papel, energia elétrica e água) utilizados pela SEPAC, são controlados no âmbito do Ministério do Planejamento como um todo, atuando sempre no sentido de conscientizar os servidores e de não haver desperdício nos setores que funcionam no Bloco “K” da Esplanada dos Ministérios.

Nesse sentido, em 2012 foi instituído o Projeto Esplanada Sustentável (Portaria Interministerial nº 244/2012, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Meio Ambiente, Minas e Energia e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em atendimento ao Acórdão nº 1.752/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, em especial o item 9.8, que recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão "que incentive os órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão organizacional estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais”).

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

A UPC não detém determinações ou recomendações pendentes de cumprimento. Nesse sentido, o item “Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU” **não se aplica à Unidade.**

No exercício de 2014 foi prolatado o Acórdão 2.446/2014, no âmbito do processo nº 012.468/2014-2. Referido acórdão vem sendo cumprido continuamente pela Secretaria, em conjunto com os Bancos Oficiais, com participação da Secretaria de Política Econômica – SPE do Ministério da Fazenda e do próprio TCU.

Tratamento de Recomendação do Órgão de Controle Interno

Não houve, até o presente momento, recomendações do Órgão de Controle Interno à UPC.

Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Não há casos de dano objeto de medidas administrativas internas, bem como Tomadas de Contas Especiais instauradas no âmbito da UPC.

Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os dados acerca do item “Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993” estão concentrados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva. Dessa forma, o item não se aplica à UPC.

Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento

Os dados acerca do item “Informações sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração da Folha de Pagamento” estão concentrados no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva. Dessa forma, o item não se aplica à UPC.

Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda

O item “Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda” não se aplica à UPC, posto que tais informações concentram-se no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 – Declaração Plena do Contador

02/03/2016

: SEI / MP - 1079643 - Declaração :

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
 Diretoria de Planejamento e Gestão - DIPLA
 Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGEOR
 Coordenação de Contabilidade - CCONT
 Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 2º andar, CEP 70.040-906 – Brasília/DF
 Telefones: (61) 2020.4087 - E-mail: ccont.cgeor@planejamento.gov.br

Declaração do Contador

Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC

UGR: 201015/00001

PLENA

Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsáveis, da UGR 201015 – Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento - SEPAC, que apresenta prestação de contas, relativos ao exercício de 2015, constam das demonstrações contábeis da Unidade Gestora Executora 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEOFI, que executou despesas referente a Programas de Trabalho dessa Secretaria, bem como, do processo de Prestação de Contas demandada pela Secretaria Executiva/MP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília – DF, 01 de março de 2016.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.

Marlene Cavalcante Gomes
 Coordenadora
 CCONT/CGEOF/SPOA/SE/MP
 CRC-DF: 016693/O



Documento assinado eletronicamente por MARLENE CAVALCANTE GOMES, Coordenadora, em 01/03/2016, às 10:49.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador 1079643 e o código CRC 8A2B7C6F.

Anexo 2 – Quadro – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimento s e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	R\$ 3.480.706,6 8	R\$ 71.595,75	R\$ 1.501.327,81	R\$ 133.082,87	R\$ 134.418,68	R\$ 35.010,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.356.141, 81
	2014	R\$ 3.667.965,9 8	R\$ 113.943,82	R\$ 1.260.811,44	R\$ 134.107,16	R\$ 134.490,89	R\$ 26.632,78	-R\$ 1.045,93	R\$ 3.627,82	R\$ 0,00	R\$ 5.340.533, 96
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	R\$ 607.772,09	R\$ 4.252,49	R\$ 76.749,42	R\$ 22.332,36	R\$ 62.302,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 773.408,53
	2014	R\$ 454.365,46	R\$ 2.574,46	R\$ 39.072,40	R\$ 13.043,64	R\$ 35.540,37	R\$ 102,40	R\$ 0,00	R\$ 3.625,20	R\$ 0,00	R\$ 548.323,93
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	R\$ 598.619,37	R\$ 38.129,53	R\$ 58.448,51	R\$ 53.180,85	R\$ 106.874,30	R\$ 4.380,24	R\$ 0,00	R\$ 2.535,14	R\$ 0,00	R\$ 862.167,94
	2014	R\$ 749.027,02	R\$ 12.087,10	R\$ 59.381,09	R\$ 16.673,82	R\$ 86.247,43	R\$ 4.624,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 928.041,10

Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	R\$ 0,00									
	2014	R\$ 0,00									
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	R\$ 0,00									
	2014	R\$ 0,00									

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE